



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 9317/2016	
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO	
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL	
SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:	
DATA:	05/09/2017
HORA:	09:00 h (horário de Brasília)
LOCAL:	Rua Dr. José Lourenço, Nº 3288, Joaquim Távora, Fortaleza/CE.
FAZEM PARTE DO PRESENTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:	
Anexo I	– Termo de Referência;
Anexo II	– Carta Proposta Comercial;
Anexo III	– Planilha de Formação de Preços;
Anexo IV	– Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
Anexo V	– Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor;
Anexo VI	– Minuta do Contrato;
Anexo VII	– Declaração de Aquiescência;
Anexo VIII	– Declaração de Fato Superveniente
Anexo IX	– Declaração de Fato Impeditivo;
Anexo X	– Declaração de que Cumpre Plenamente os Requisitos de Habilitação;
Anexo XI	– Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

1 PREÂMBULO

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV/CE, Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, dotada de personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº 06.662.443/0001-09, estabelecida na Rua Dr. José Lourenço, Nº 3288, Joaquim Távora, Fortaleza-CE, vem, por seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados através da Portaria CRMV-CE Nº 28, 10 de agosto de 2017, tornar público, para ciência dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei Nº 10.520/02, de 17/07/2002, do Decreto Nº 3.555 de 08/08/2000, da Lei Complementar Nº 123, de 14/12/2006, e, subsidiariamente, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, sendo em tudo regida pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus respectivos anexos.

2 DO OBJETO:

2.1 Constitui objeto do presente Pregão Presencial a contratação de empresa especializada em locação de impressoras e multifuncionais e implementação de sistema de gestão de impressão, incluindo o fornecimento, instalação e configuração de 05(cinco) equipamentos novos e de 1º uso, treinamento básico



Rua Dr. José Lourenço, 3288, Joaquim Távora – Fortaleza/CE – CEP: 60115-282.
PABX: (85) 3272-4886 – E-mail: licitacao@crm-ce.org.br / Site: <http://www.crmv-ce.org.br>.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

aos usuários, manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças e de todo material de consumo necessário ao perfeito funcionamento, exceto papel, sendo a **franquia mensal de 21.000 impressões/cópias**, com a finalidade de atender às demandas do CRMV-CE de acordo com as especificações e requisitos mínimos obrigatórios constantes no certame e Anexos deste Edital.

3 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1 As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Pregão estão previstas no orçamento do exercício e correrão à conta do elemento de despesa 6.2.2.1.1.01.02.02.006.037 – LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - PJ

3.2 O valor estimado para a execução do objeto durante 12(doze) meses é de **R\$ 12.000,00(Doze mil reais)**.

4 DA PUBLICIDADE

4.1 Este edital será publicado resumidamente no Diário Oficial da União, e na íntegra no sítio **www.crmv-ce.org.br**, que terá livre acesso a qualquer cidadão para fazer download.

5 DOS ESCLARECIMENTOS

5.1 As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, diariamente, em dias úteis das 08:00 as 12:00 h e das 13:00 as 17:00 h, na sede do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV/CE, situado à Rua José Lourenço, Nº 3288, Joaquim Távora, Fortaleza/CE, ou pelo telefone (85) 3272-4886 e e-mail **licitacao@crm-v-ce.org.br** (colocar como assunto Pregão Presencial 004-2017).

5.2 O Pregoeiro e Equipe de Apoio, só responderão aos esclarecimentos feitos no prazo máximo de 02(dois) dias úteis antes da data e horário de realização da sessão pública, como preceitua o Art. 12 do Decreto 3.555/00.

5.3 Não sendo feitas neste prazo, pressupõe-se que as informações fornecidas estão suficientemente claras e precisas para permitir a apresentação das propostas, não cabendo às licitantes, direito a qualquer reclamação posterior.

5.4 As empresas interessadas deverão acompanhar no sítio do CRMV-CE na Internet (**www.crmv-ce.org.br**), durante o período de publicidade, as ocorrências relativas ao certame, inclusive, resposta aos questionamentos e recursos.

6 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

6.1 Até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

7 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1 PODERÃO PARTICIPAR:

7.1.1 Os interessados do ramo pertinente ao objeto e, que atenderem todas as exigências deste Edital e seus anexos;

7.1.2 As empresas que estejam devidamente cadastradas no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), observando os níveis de cadastro previstos no art. 8º da IN Nº 02 de 11/10/2010, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Caso não possua todos os níveis de cadastro exigidos deverá apresentar a documentação correspondente ao nível não habilitado no SICAF.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

7.1.3 Caso a licitante não esteja cadastrada no SICAF, deverá apresentar a documentação abaixo, prevista nos artigos 27 a 32, da Lei 8.666/93, na sessão pública, com data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital:

(I) HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de firma individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

II) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- e) Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais;
- f) Certidão negativa de débitos trabalhistas;

III) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei, já exigíveis, contendo termo de abertura, encerramento e registro no órgão competente (Junta Comercial ou Cartório), extraídos do livro diário, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 03 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios;

- a) Para Sociedades Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço, na forma da Lei 6.404/76, cópias da publicação de:
 - a1) - balanço patrimonial;
 - a2) - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
 - a3) - demonstração do resultado do exercício;
 - a4) - demonstração dos fluxos de caixa;
 - a5) - se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.
- b) Para outras empresas:
 - b1) - balanço patrimonial registrado na Junta Comercial;
 - b2) - demonstração do resultado do exercício;
 - b3) - cópia do termo de abertura e encerramento do Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

c) Certidão negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 90 (noventa dias), anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

IV) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de capacidade técnica – no mínimo 01 (um), em papel timbrado do emitente, firmado por ente público ou privado, discriminando o serviço prestado, bem como a declaração de que a prestação foi ou está sendo realizada satisfatoriamente, devendo haver compatibilidade com o objeto da licitação.

Parágrafo Único – Para fins de comprovação só serão aceitos atestados em que o contrato já tenha se encerrado, ou que esteja vigente há mais de 12 meses.

7.1.4 Toda a documentação apresentada deverá corresponder à matriz ou sede da licitante;

7.1.5 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou cópias simples, hipótese em que devem ser acompanhadas do original correspondente, para autenticação pela equipe de apoio, no ato de sua apresentação. No caso de certidões expedidas pela Internet, a Equipe de Apoio poderá confirmar a sua autenticidade no momento de realização da sessão.

7.1.6 Quando os documentos exigidos para habilitação não discriminarem prazo de validade, serão considerados como válidos aqueles com até 60 (sessenta) dias da data de emissão ou da homologação, quando existir no documento.

7.1.7 Para habilitação no quesito qualificação econômico-financeira o licitante deverá alcançar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

- a) LG= Liquidez Geral – superior a 1;
- b) SG= Solvência Geral – superior a 1;
- c) LC= Liquidez Corrente – superior a 1;

Sendo:

- d) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$;
- e) $SG = AT / (PC + ELP)$;
- f) $LC = AC / PC$;

Onde:

- g) AC= Ativo Circulante;
- h) RLP= Realizável a Longo Prazo;
- i) PC= Passivo Circulante;
- j) ELP= Exigível a Longo Prazo;
- k) AT= Ativo;

7.1.8 A licitante que possuir valor igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices contábeis acima, deverá possuir Patrimônio Líquido de no mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos serviços cotados (tendo como base os valores máximos a serem pagos pela administração) na data da apresentação dos documentos de habilitação.

7.2 NÃO PODERÃO PARTICIPAR:

7.2.1 Declaradas inidôneas ou suspensas para licitar e contratar com a Administração, por ato do Poder Público, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

7.2.2 Estiverem com falência decretada ou que se encontre em processo de concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

- 7.2.3 Sob a forma de consórcio ou entre estabelecimentos de uma mesma empresa;
7.2.4 Empresas estrangeiras que não funcionem no país;
7.2.5 Empresas que possuam entre seus sócios Diretor, Conselheiro, ou Funcionário do CRMV-CE.

8 DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1 Os licitantes que desejarem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, Declaração de Enquadramento como ME ou EPP, conforme constante do **ANEXO IV**, no ato do credenciamento.

8.2 As que optarem pelo regime de tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar a documentação de comprovação de regularidade fiscal para habilitação mesmo que possua alguma restrição:

8.2.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02(dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.2 O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

8.2.3 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos dois dias úteis inicialmente concedidos.

8.2.4 A não-regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.3 DOS EMPATES

8.3.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada nesta Licitação;

8.3.2 Havendo empates, o (a) Pregoeiro (a) procederá da seguinte forma:

I) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II) Não ocorrendo à contratação na forma da alínea anterior, serão convocadas as demais microempresas e empresas de pequeno porte que porventura se enquadrem no rol de até 5% acima da proposta mais bem classificada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no rol de até 5% acima da melhor proposta classificada, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

IV) Na hipótese da não formulação de proposta pelas empresas de pequeno porte que se encontrem no rol de 5%, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

8.3.3 O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor proposta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

9 CREDENCIAMENTO

9.1 A credencial deverá ser apresentada em **procuração com firma reconhecida**, devendo a mesma conferir amplos poderes de representação para procedimentos licitatórios.

9.2 As licitantes que se fizerem representar por titulares da empresa comprovarão esta condição através de cópia autenticada do contrato social, devidamente registrado no órgão competente ou, no caso de sociedade por ações, com o documento comprobatório da eleição dos seus administradores.

9.3 No caso de o representante ser de nacionalidade estrangeira, deverá também ser apresentado documento comprobatório da legalidade de sua permanência no País.

9.4 Não será permitida a representação de mais de uma licitante pelo mesmo procurador ou representante.

9.5 Além das credenciais que deverão ser entregues ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, no ato da abertura da sessão, acompanhadas de um documento oficial de identidade do representante, o licitante deverá apresentar também:

9.5.1 Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (**Anexo X**);

9.5.2 Declaração de enquadramento como ME ou EPP (**Anexo IV**), somente quando for o caso; e

9.5.3 Declaração de elaboração independente de proposta (**Anexo XI**).

10 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

10.1 A proposta de preços deverá ser entregue na sede do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará (CRMV/CE), até o dia e a hora estipulados no preâmbulo deste Edital, em envelope opaco, lacrado, indevassável e rubricado pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará (CRMV/CE)

Pregoeiro e Equipe de Apoio

Pregão Presencial Nº 004/2017- Data da Licitação: 05/09/2017.

Razão Social da Empresa:

Endereço da Empresa:

CNPJ:

10.2 Após o término da fase de lances, serão automaticamente desclassificadas as propostas cujo valor global supere o valor estimado para contratação;

10.3 Todas as páginas da proposta deverão ser rubricadas e a última assinada pela signatária da mesma.

10.4 A proposta deverá ser apresentada conforme modelos constantes nos **ANEXOS II e III** deste Edital, devendo estar em original, datilografada ou digitada em papel timbrado da empresa, apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, em língua portuguesa, e assinada pelo representante legal ou mandatário especificamente credenciado.

10.5 Toda e qualquer ressalva feita na proposta de licitação quanto às especificações do objeto será desconsiderada. As propostas que contiverem alternativas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas não serão avaliadas para efeito de julgamento desta licitação.

10.6 O prazo de validade comercial da proposta será de 60 (sessenta) dias consecutivos contados da data da sessão de abertura da licitação.

10.7 Serão desclassificadas as propostas de preços que não atendam as exigências deste Edital.

10.8 CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

10.8.1 Carta Proposta Comercial - **ANEXO II**;

10.8.2 Planilha de Formação de Preços - **ANEXO III**;

11 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 A documentação para habilitação deverá ser entregue na sede do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará (CRMV/CE), até o dia e a hora estipulados no preâmbulo deste Edital, em envelope opaco, lacrado, indevassável e rubricado pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará (CRMV/CE)

Pregoeiro e Equipe de Apoio

Pregão Presencial Nº 004/2017- Data da Licitação: 05/09/17.

Razão Social da Empresa:

Endereço da Empresa:

CNPJ:

11.2 CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

11.2.1 ANEXOS

I) CRC - Certificado de Registro Cadastral do SICAF(para as empresas cadastradas no SICAF, e demais documentos quando não possuir todos os níveis de cadastro);

II) Para os não cadastrados no SICAF, apresentar a documentação prevista no art 27 a 32 da lei 8.666/93, também listada no subitem 7.1.3 deste edital;

III) Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor conforme **ANEXO V** deste Edital;

IV) Declaração de Aquiescência - **ANEXO VII** deste Edital;

V) Declaração de Fato Superveniente – **ANEXO VIII** deste Edital;

VI) Declaração de Fato Impeditivo - **ANEXO IX** deste Edital.

11.2.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I) Atestado de capacidade técnica – no mínimo 01 (um), em papel timbrado do emitente, firmado por ente público ou privado, discriminando o serviço prestado, bem como a declaração de que a prestação foi ou está sendo realizada satisfatoriamente, devendo haver compatibilidade com o objeto da licitação.

Parágrafo Único – Para fins de comprovação só serão aceitos atestados em que o contrato já tenha se encerrado, ou que esteja vigente há mais de 12 meses.

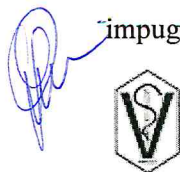
12 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

12.1 Os envelopes Nº 01, e 02 - Proposta de Preços e Documentos para Habilitação, respectivamente, deverão ser entregues à Comissão, que os receberá em sessão pública, a realizar-se no dia, hora e local estabelecidos no preâmbulo do presente Edital;

12.2 Os serviços a serem prestados estão em lote único, sobre o qual incidirá o julgamento das propostas;

12.3 Durante os trabalhos, para efeito de registro em ata, só será permitida manifestação do representante credenciado da licitante;

12.4 Da sessão realizada lavrar-se-á ata circunstanciada da qual constarão as reclamações e impugnações feitas, os recursos interpostos e demais ocorrências que interessarem ao julgamento desta





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

licitação, e, após o encerramento da sessão deverá a ata respectiva ser assinada pelos representantes das licitantes, Pregoeiro e Equipe de Apoio.

13 DA ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1 O Pregoeiro e Equipe de Apoio procederão à abertura dos envelopes que contêm as propostas comerciais avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital;

13.2 Classificarão o autor da proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)** à proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, para participarem dos lances verbais;

13.3 Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas;

13.4 Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições fiquem empatadas, nas condições previstas no sub item 13.3, as duas poderão participar da respectiva fase de lances;

13.5 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e os seus Anexos e/ou que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

14 DOS LANCES VERBAIS

14.1 As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, contendo cada lance no máximo duas casas decimais com relação aos centavos, a partir da proposta comercial classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente;

14.2 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas, a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de **MAIOR PREÇO GLOBAL** e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;

14.3 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lance em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances;

14.4 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, com decréscimo mínimo de R\$ 10,00 (dez reais);

14.5 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances;

14.6 O Pregoeiro poderá negociar com autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço;

14.7 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio examinarão a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito;

14.8 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas neste instrumento convocatório;

14.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas;

14.10 Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

15 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1 O critério de julgamento será exclusivamente o de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, para o objeto licitado;

15.2 Encerrada a etapa de lances, as licitantes deverão apresentar, no prazo máximo de 01 (um) dia útil após o encerramento da sessão, uma nova planilha de preços unitários com os valores readequados ao que foi ofertado no lance verbal;

15.3 Serão desclassificadas as propostas que após etapa de lances ou negociação, quando houver, superem o valor global estimado pela Administração para contratação;

15.4 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

15.5 Se a primeira classificada não for microempresa ou empresa de pequeno porte, verificará a ocorrência de **empate ficto**;

15.6 Ocorrendo o empate ficto, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de **05 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, depois do que, não poderá mais reclamar os direitos previstos na Lei Complementar 123/2006;

15.7 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita;

15.8 Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado visando à confirmação das suas condições habilitatórias;

15.9 Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, a proponente será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta;

15.10 Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame;

15.11 Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender o pregão e estabelecer nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis para o recebimento de novas propostas;

15.12 Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes;

15.13 Não havendo manifestação de interesse de interposição de recurso, o Pregoeiro devolverá aos licitantes, julgados desclassificados, os envelopes de habilitação, devendo retê-los caso haja intenção de recurso até que o mesmo seja julgado.

16 DOS RECURSOS

16.1 Declarada à vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

16.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

16.3 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

16.4 Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

16.5 Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede do CRMV-CE; no local e horário informados no preâmbulo deste edital.

17 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

17.1 Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora, e submeterá a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente;

17.2 Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologará a licitação, sendo o adjudicatário convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, no prazo e forma previstos neste edital.

18 DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

18.1 Homologado o resultado da Licitação, será celebrado contrato com vigência de 12 (doze) meses;

18.2 O contrato deverá ser assinado pela(s) Licitante(s) no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de convocação para sua assinatura;

18.3 As licitantes quando convocadas para assinar o Contrato deverão apresentar em arquivo digital à planilha de preços unitários ofertados, a fim de compor o respectivo contrato;

18.4 A recusa em assinar o contrato, no prazo previsto no subitem 18.2, sujeitará a Licitante às penalidades cabíveis;

18.5 Sempre que a Licitante vencedora não atender à convocação para assinar o contrato, é facultado à Administração, além da aplicação da multa acima, convocar remanescentes na ordem de classificação, ou revogar a Licitação;

18.6 O contrato firmado com a Licitante vencedora observará a minuta do **Anexo VI**, podendo ser alterado nos termos dos art. 57 e 58 da Lei nº 8.666/1993;

18.7 Contado da assinatura, o **CONTRATANTE** providenciará a publicação no Diário Oficial do resumo do conteúdo do instrumento, no prazo previsto no art. 61 da Lei 8.666/93.

18.8 É vedada a transferência, total ou parcial, do objeto desta licitação para terceiros.

19 DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

19.1 A licitação poderá ser anulada ou revogada nos casos previstos no Art. 49 da Lei Federal Nº 8.666/1993 e suas alterações.

20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Ao participar da licitação, a licitante declara, sob as penalidades da lei, inexistir qualquer parentesco, até o terceiro grau, nem vínculo de natureza comercial ou econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis pela licitação, quer direta ou indiretamente;

20.2 A apresentação de proposta a esta licitação implica a aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital e seus Anexos;

20.3 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

20.4 A qualquer tempo, antes da data fixada para a apresentação das propostas, poderá o Pregoeiro, se necessário, modificar o Edital, hipótese em que deverá efetuar a divulgação de novo aviso, com restituição de todos os prazos exigidos em Lei, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, como estabelece o Art 21, §4º da Lei 8.666/93;

20.5 Caso as datas previstas para a realização das sessões sejam declaradas feriado ou ponto facultativo, e não havendo retificação de convocação, as mesmas deverão ser realizadas no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora anteriormente estabelecida, independentemente de qualquer comunicação aos interessados;

20.6 A critério do Pregoeiro, o início da sessão poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) minutos, que será entendido como tolerância, em virtude de fatos supervenientes que prejudiquem o início dos trabalhos.

20.7 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a presente licitação;

20.8 A prestação dos serviços será objeto de acompanhamento e fiscalização por funcionário designado pelo CRMV-CE;

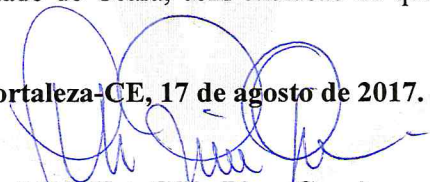
20.9 O objeto licitado poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o Art. 65 da Lei 8.666/93, limitado a 25%;

20.10 Para a contagem de qualquer prazo nesta licitação, deverá ser observado o disposto no Art. 110 da Lei 8.666/93;

20.11 Fica reservado ao CRMV/CE o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissos não previsto neste Edital, nas Leis, nas Normas, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com o objeto desta Licitação;

20.12 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com este Edital é o da Justiça Federal de Fortaleza, da Seção Judiciária do Estado do Ceará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Fortaleza-CE, 17 de agosto de 2017.


Méd. Vet. Célio Pires Garcia
Presidente
CRMV-CE nº 1157.VP





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

ANEXO I
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Pregão Presencial a contratação de empresa especializada para locação de impressoras e implementação de sistema de gestão de impressão, incluindo o fornecimento, instalação e configuração de 05(cinco) equipamentos **novos**, de 1º uso, treinamento básico aos usuários, manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças e de todo material de consumo necessário ao perfeito funcionamento dos mesmos, exceto papel, sendo a **franquia mensal de 21.000 impressões/cópias**, conforme especificações a seguir:

LOTE ÚNICO		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	TIPO 1 - Multifuncional (impressão, cópia e digitalização) Monocromática A4.	03

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS:

- 1.1 Multifuncional com tecnologia a laser ou LED, P&B (monocromático), com as funcionalidades de impressão, cópia e scanner;
- 1.2 Velocidade mínima de 35 (trinta e cinco) páginas por minuto em A4;
- 1.3 Placa de rede ethernet 10/100/1000 baseTX;
- 1.4 Sistemas operacionais suportados Windows e Linux
- 1.5 Interface USB que permite imprimir diretamente pelo pen drive e digitalizar para um pen drive;
- 1.6 Capacidade para imprimir/copiar/digitalizar pelo menos os tamanhos de A4, Carta, Ofício;
- 1.7 Função de frente e verso automático para cópia, impressão e scanner;
- 1.8 Capacidade mínima de 300 folhas de papel A4;
- 1.9 Resolução mínima de impressão/cópia 600 x 600 dpi;
- 1.10 Memória Ram mínima de 512 GB;
- 1.11 Processador com velocidade mínima de 600 MHz;
- 1.12 Funções de digitalização colorido e preto e branco; digitalizar para e-mail, SMB/Pasta/PC, para FTP e USB.
- 1.13 Resolução para digitalização; 200, 300, 400 e 600 dpi.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

- 1.14 Digitalização direta para JPEG, TIFF e PDF;
- 1.15 Emulação PCL6, 5e, PS3;
- 1.16 Protocolos de rede TCP/IP (IPv4, IPv6);
- 1.17 Redução e Ampliação mínima de 25% a 400%;
- 1.18 Aceitar, pelo menos, gramatura de papel entre 75 g/m² e 200 g/m² em papel A4;
- 1.19 Alimentador automático de original frente e verso para mínimo de 50 folhas;
- 1.20 Controle de senhas para 100(cem) departamentos/usuários.
- 1.21 Capacidade técnica do equipamento (ciclo mensal) mínimo de 50.000(cinquenta mil) páginas.
- 1.22 Software de gestão de impressão incluso, possibilitando o gerenciamento dos usuários, onde permite visualizar os usuários que estão imprimindo em tempo real. Serviços monitorados pelo computador em rede, sem necessidade de se dirigir ao equipamento. Podendo ainda bloquear os usuários para imprimir, bloqueando temporariamente o equipamento, possibilidade de cotas por usuários, relatórios de impressão por centro de custo.
- 1.23 Equipamento bivolt ou acompanhado de transformador para voltagens entre 100V e 240V;

02	TIPO 2 – Impressora Monocromática A4	02
----	---	----

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS:

- 1.1 Impressora com tecnologia a laser ou LED, P&B (monocromático), com a funcionalidade de impressão;
- 1.2 Velocidade mínima de 40 (quarenta) páginas por minuto em A4;
- 1.3 Placa de rede ethernet 10/100/1000 baseTX;
- 1.4 Sistemas operacionais suportados Windows e Linux;
- 1.5 Interface USB que permite imprimir diretamente pelo pen drive;
- 1.6 Capacidade para imprimir pelo menos os tamanhos de A4, carta, ofício;
- 1.7 Função de frente e verso automático impressão;
- 1.8 Resolução mínima de impressão/cópia 600 x 600 dpi;
- 1.9 Memória Ram mínima de 256 MB;
- 1.10 Processador com velocidade mínima de 600 MHz;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

- 1.11 Resolução para digitalização; 200, 300, 400 e 600 dpi;
- 1.12 Emulação PCL6, 5e, PS3;
- 1.13 Protocolos de rede TCP/IP (IPv4, IPv6);
- 1.14 Aceitar, pelo menos, gramatura de papel entre 75 g/m² e 200 g/m² em papel A4;
- 1.15 Controle de senhas para 100(cento) departamentos/usuários;
- 1.16 Impressão Segura/confidencial;
- 1.17 Capacidade técnica do equipamento(ciclo mensal) mínimo de 50.000 (cinquenta)mil páginas;
- 1.18 Software de gestão de impressão incluso, possibilitando o gerenciamento dos usuários, onde permite visualizar os usuários que estão imprimindo em tempo real. Serviços monitorados pelo computador em rede, sem necessidade de se dirigir ao equipamento. Podendo ainda bloquear os usuários para imprimir, bloqueando temporariamente o equipamento, possibilidade de cotas por usuários, relatórios de impressão por centro de custo.

Equipamento bivolt ou acompanhado de transformador para voltagens entre 100V e 240V

2 JUSTIFICATIVA

2.1 Atender as demandas de impressão e cópia do CRMV-CE, pois é mais viável economicamente a locação do que a compra de equipamentos, principalmente, pela enorme dificuldade de assistência técnica especializada na cidade de Fortaleza, o que eleva consideravelmente o custo de impressão/cópia. Além disso, a impressão de forma centralizada e com software de gerenciamento possibilita maior controle e consequentemente redução de custos.

3 PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços serão prestados pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogados em iguais e sucessivos períodos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses conforme Art. 57, Inciso IV da Lei 8.666/93.

4 MÉTODOS E ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 Os equipamentos deverão ser instalados e configurados na Sede do CRMV-CE, situada na Rua Dr. José Lourenço, 3288, Joaquim Távora, Fortaleza-CE, **no prazo de 10 dias contados da data da assinatura do contrato;**

4.2 A licitante deverá fazer a leitura mensal registrando em planilha específica, a qual deverá ser assinada pelos representantes da contratante e da contratada;

4.3 As chamadas para assistência técnica e solicitação de suprimento deverão ser feitas por meio eletrônico com confirmação de recebimento ou contato telefônico mediante anotação de protocolo;

4.4 A franquia de 21.000(vinte e uma mil) refere-se à soma do consumo dos cinco equipamentos;

4.5 O saldo restante da franquia mensal que não for consumido ficará acumulado por até 90 dias;

4.6 Ao que exceder a franquia mensal será cobrado o mesmo valor do custo cópia da franquia.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

5 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Pregão estão previstas no orçamento do exercício e correrão à conta do elemento de despesa 6.2.2.1.1.01.02.02.006.037 – LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - PJ.

6 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

6.1 O valor estimado para a execução do objeto durante 12(doze) meses é de **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)**.

6.2 O Valor acima foi apurado, mediante realização de pesquisa de mercado em agosto do corrente ano, seguindo as orientações contidas na Instrução Normativa 005/2014, da SLTI/MPOG.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, que deverá conter o atesto do funcionário designado para fiscalização do contrato;

7.2 A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal fatura referente à prestação dos serviços objeto desta licitação em conformidade com o pedido feito, já deduzidos os seguintes impostos, conforme seu enquadramento contábil, de acordo com a Instrução Normativa nº 1234/2012, da Secretaria da Receita Federal – Tabela de Retenção: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS/PASEP);

7.3 Se houver erro na Nota Fiscal/Fatura, o documento será devolvido imediatamente, para providências de correção, passando a ser considerada, para fins de pagamento, a data da reapresentação, devidamente regularizada;

7.4 Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A CONTRATANTE obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os compromissos assumidos, bem como, fiscalizar a execução do serviço e pagar pela prestação do mesmo;

8.2 Efetuar o pagamento até o 5º dia posterior a apresentação da nota fiscal e o atesto do servidor responsável pela fiscalização do contrato ou de designado;

8.3 Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do serviço que a contratada realizar fora das especificações deste Edital;

8.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que sejam solicitados pela contratada, em relação ao objeto deste Edital;

8.5 Controlar e documentar as ocorrências havidas;

8.6 Solicitar o imediato afastamento de qualquer empregado e/ou preposto da CONTRATADA que aja em desacordo ou embaraça a execução das atividades, ou, ainda, que conduza de modo incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, após advertência por escrito;

8.7 Designar servidor para efetuar a fiscalização dos serviços contratados e atestá-los;

8.8 Recusar documento fiscal ou outros com especificação e quantidades não atestadas por servidor responsável e em desacordo com o discriminado neste Edital e proposta adjudicada.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, durante todo o período de vigência do contrato;

9.2 Executar os serviços em estrita observância às especificações e os detalhamentos constantes do edital;

9.3 Emitir Nota Fiscal dos serviços efetivamente prestados, apresentando-as à CONTRATANTE, discriminando no corpo das Notas Fiscais, o tipo de serviço prestado;

9.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado desta contratação, facultada a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes;

9.5 Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

9.6 Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução desta contratação, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.7 Atender aos chamados de assistência técnica no prazo máximo de 12(doze) horas;

9.8 Atender às solicitações de suprimento(toner) no prazo máximo de 02(dois) dias da solicitação;

9.9 Manter sempre 01(um) toner de reserva em posse da contratada para cada equipamento instalado, ou seja, 05(cinco) toners reservas;

9.10 Substituir o equipamento por outro de configurações semelhantes; quando, após diagnóstico seja constatada a necessidade de substituição de peças que não possa ser feita imediatamente, ou no prazo máximo de 36(trinta e seis) horas;

9.11 Substituir qualquer peça que seja necessária ao bom funcionamento do equipamento, exceto, nos casos em que fique comprovado mediante laudo técnico o mau uso do equipamento por agente do CRMV-CE, situação em que a CONTRATANTE deverá arcar com os custos;

9.12 Fazer a leitura mensal in loco ou mediante sistema automático de coleta dos contadores, sempre emitindo via uma para CONTRATANTE, a ser entregue em até um dia útil após a data da leitura;

9.13 Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da Legislação Social, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, sendo certo que os empregados da CONTRATADA não terão vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

9.14 A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos;

9.15 Manter instalações próprias, durante a vigência contratual, com as condições técnicas necessárias, incluindo mão-de-obra qualificada e recursos de comunicação e transporte, de forma a atender às demandas feitas pela CONTRATANTE,

9.16 Não transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste Pregão.

10 PENALIDADES

10.1 Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a licitante ou a contratada estarão sujeitas às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multas;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

a) De 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso no início da prestação do serviço, e limitado a 10% do mesmo valor, por ocorrência, independentemente das demais sanções cabíveis.

b) De 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato (valor global/12), por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas outras alíneas deste inciso, e aplicada em dobro na sua reincidência, independentemente das demais sanções cabíveis;

c) De 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato (valor global/12), pela recusa injustificada da licitante adjudicatário em firmar o instrumento de contrato, ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente, ou deixar de apresentar os documentos exigidos para sua celebração, ou deixar de entregar documentação exigida no Edital durante a sessão do Pregão, não assinar as autorizações para implementação do disposto no art. 19-A e Anexo VII da IN SLTI nº 2/08, no prazo e condições estabelecidas no Edital, independentemente das demais sanções cabíveis.

d) De 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato (valor global/12), pela recusa em corrigir ou substituir qualquer serviço rejeitado ou com defeito, caracterizando-se a recusa caso a correção ou substituição não se efetivar nos 2 (dois) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição, independentemente das demais sanções cabíveis;

e) De 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato (valor global/12), pelo descumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no caso de não regularização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após notificação da contratante, e que não culmine em rescisão contratual, independentemente das demais sanções cabíveis;

f) De 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato (valor global/12), no caso de sua rescisão por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da contratada, inclusive pelo descumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

10.1.3 Impedimento de licitar e contratar com a União, com o conseqüente descredenciamento do SICAF pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, para a licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa.

10.2 No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação;

10.3 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. A multa não paga será cobrada administrativamente e/ou judicialmente, com a inscrição na Dívida Ativa da União.






SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

10.4 As penalidades estabelecidas nos dispositivos legais supramencionados, não excluem as de natureza civil por perdas e danos, que porventura a contratada venha a causar à contratante, em decorrência do descumprimento das cláusulas contratuais.

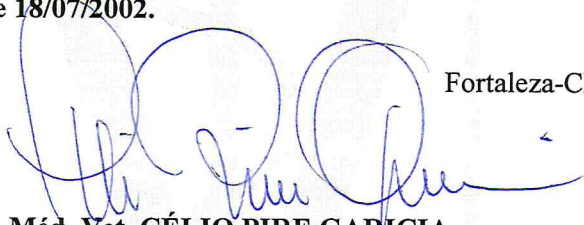
Fortaleza-CE, 17 de agosto de 2017.

Pedro Alves de Oliveira Neto
Pregoeiro
Matr. nº 036

Despacho:

Aprovo o presente Termo de Referência, com fundamento no artigo 3º da Lei nº 10.520/02, de 17/07/2002, publicado no DOU de 18/07/2002.

Fortaleza-CE, 17 de agosto de 2017.



Méd. Vet. CÉLIO PIRE GARCIA
Presidente
CRMV-CE 1157.VP



ENVELOPE 01



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

ANEXO II
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

CARTA PROPOSTA COMERCIAL
(papel timbrado da empresa)

AO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

Pregoeiro e Equipe de Apoio

Rua Dr. José Lourenço, Nº 3288, Joaquim Távora,

Fortaleza – CE

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta para a prestação dos serviços, conforme Termo de Referência Anexo I deste Edital, pelo preço global de R\$ **(valor global) (valor por extenso)**, já incluídas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto, inclusive, fretes, impostos e taxas de qualquer espécie, tributos em geral e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre este, nos termos do **Pregão Presencial 004/2017 e seus Anexos**.

O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (**sessenta**) dias corridos, contados da data da abertura da licitação, que depois de registrados em Ata terão duração de 12(doze) meses.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações especificadas.

Declaramos que nos preços estão incluídas todas as despesas necessárias à perfeita realização dos serviços, cobrindo todos os custos de mão-de-obra, inclusive folgadores, encargos sociais, materiais, equipamentos, transportes, alimentação, lucros, encargos fiscais e para-fiscais, despesas diretas e indiretas, bem como aquelas indispensáveis para proporcionar e manter a segurança dos trabalhos, não cabendo à proponente qualquer reclamação posterior.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr(a). _____, Carteira de Identidade n.º _____ expedida em __/__/__, Órgão Expedidor _____, e CPF n.º _____, como representante legal desta Empresa.

Os dados bancários de nossa empresa são:

Banco _____ (n.º e nome), Agência _____ (n.º e nome) e Conta Corrente n.º _____.

Fortaleza-CE, _____ de _____ de 2017.

(nome e assinatura do representante legal)



ENVELOPE 01



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ
ANEXO III
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

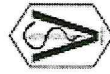
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (papel timbrado da empresa)

ITEM	DESCRIÇÃO	FRANQUIA MENSAL	CUSTO /CÓPIA R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR GLOBAL R\$
01	TIPO 1 - LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LASER CONFORME DO TERMO DE REFERÊNCIA.	21000(vinte e uma mil) páginas			
	TIPO 2 - LOCAÇÃO DE 02 (DUAS) IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LASER CONFORME DO TERMO DE REFERÊNCIA.				

O VALOR GLOBAL OFERTADO PARA O LOTE 01 É DE R\$ (VALOR POR EXTENSO). OBS.: DEVE SER COLOCADO AS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS, INCLUINDO MARCA E MODELO PARA CONFERIR SE OS MESMOS ATENDEM AO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I).

Fortaleza-CE, _____ de _____ de 2017.

(nome e assinatura do representante legal)



FORA DO ENVELOPE



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ**

**ANEXO IV
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE
(papel timbrado da empresa)**

Declaro sob as penas da lei que a empresa,, inscrita no CNPJ nº, com o intuito de usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, está enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme documentos, e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses descritas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Fortaleza-CE, _____ de _____ de 2017.

(nome e assinatura do representante legal)



Rua Dr. José Lourenço, 3288, Joaquim Távora – Fortaleza/CE – CEP: 60115-282.
PABX: (85) 3272-4886 – E-mail: licitacao@crm-v-ce.org.br / Sítio: <http://www.crmv-ce.org.br>.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETE
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

ENVELOPE 02

ANEXO V
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR
(papel timbrado da empresa)

....., inscrito no CNPJ Nº
..... por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a)..... portador(a) da Carteira de Identidade
Nº..... e do CPF Nº..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V do
art. 27 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

Fortaleza-CE, _____ de _____ de 2017.

(nome e assinatura do representante legal)





Serviço Público Federal
Conselho Federal de Medicina Veterinária
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará

ANEXO VI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PARA LOCAÇÃO DE 07(SETE) IMPRESSORAS COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRMV/CE E NA FORMA DO PROCESSO DE LICITAÇÃO CRMV-CE Nº 9317/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 004/2017.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - CRMV/CE, situado na Rua Dr. José Lourenço, Nº 3288, Joaquim Távora, Fortaleza/CE, inscrito no CNPJ sob o Nº 06.622.443/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua presidenta, **Dr. Célio Pires Garcia**, brasileiro, casado, médico veterinário, inscrito no CRMV/CE sob Nº 01157 e no CPF sob Nº XXXXXXXXXXXXX e, do outro lado, a empresa, estabelecida na (endereço completo), (município), inscrita no CNPJ sob o Nº....., doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por sócio/diretor/procurador, o Sr.(a)....., (nacionalidade, estado civil e profissão), inscrito(a) no CPF sob o Nº e portador(a) da Cédula de Identidade Nº....., expedida pela (órgão expedidor), residente e domiciliado(a) na (endereço completo), (município), vêm, com fulcro na Lei Federal Nº 8.666/93 celebrar **CONTRATO PARA LOCAÇÃO DE 07 IMPRESSORAS**, conforme Edital 04/2017, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para locação de impressoras e implementação de sistema de gestão de impressão, incluindo o fornecimento, instalação e configuração de 05(cinco) equipamentos novos, de 1º uso, treinamento básico aos usuários, manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças e de todo material de consumo necessário ao perfeito funcionamento dos mesmos, exceto papel, sendo a **franquia mensal de 21.000 impressões/cópias**, de acordo com as especificações e quantidades constantes do Termo de Referência Anexo I do Edital do Pregão Presencial 004/2017.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 Os serviços serão prestados pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis em iguais e sucessivos períodos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses conforme Art. 57, Inciso IV da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Pregão estão previstas no orçamento do exercício e correrão à conta do elemento de despesa 6.2.2.1.1.01.02.02.006.037 – LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - PJ.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1 O valor GLOBAL para a execução do objeto durante 12 meses é de **R\$xxxxxxx (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

4.2 O valor acima será pago em parcelas mensais sempre no mês subsequente ao da prestação do serviço.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1 O valor cobrado será fixo e irreajustável durante 12 meses. Após este período e caso as partes acordem poderá ocorrer reajuste pelo INPC apurado nos 12 meses anteriores.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

Vide item 7 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS DEVERES DA CONTRATANTE (CRMV-CE)

Vide item 8 do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA: DOS DEVERES DA CONTRATADA

Vide item 9 do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1 A prestação dos serviços será objeto de acompanhamento e fiscalização por funcionário designado para este fim;

9.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos;

9.3 Quaisquer exigências da fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

Vide item 10 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão, nos termos do artigo 77 e seguintes da Lei Nº 8.666/93.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

11.2 O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, por constituir motivo de rescisão, nos termos da Lei Federal Nº 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA DA CONTRATADA

12.1 O presente contrato fica vinculado aos termos do Pregão Presencial 004/2017, cuja realização decorre da autorização do Presidente do CRMV-CE, constante no Processo nº 9317/2017, e aos termos da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

13.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação no Diário Oficial do resumo do conteúdo deste contrato na forma prevista no Art. 61, Parágrafo Único da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 O presente contrato será regido pela Lei Federal Nº 8.666/1993, alterada pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98 e, nos casos omissos à legislação pertinente aplicável, em consonância com o Processo de Licitação Nº 9317/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: FORO

15.1 As partes elegem o foro desta capital, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou controvérsia que possa surgir.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do CRMV-CE e dos fornecedores declarados vencedores.

Fortaleza/CE, ____ de xxxxx de 2017.

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHA
CPF:

TESTEMUNHA
CPF:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

ENVELOPE 02

ANEXO VII
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

DECLARAÇÃO DE AQUIESCÊNCIA
(papel timbrado da empresa)

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio,

Pela presente, o signatário declara e garante que:

1. Examinou cuidadosamente todo o edital do Pregão e os anexos e aceita todas as condições nele estipuladas e que, ao assinar a presente declaração e entregar seus envelopes, renuncia ao direito de alegar discrepâncias de entendimento com relação à mesma.
2. Sujeitar-se-á a legislação em vigor no Brasil que afeta diretamente este fornecimento.

Fortaleza-CE, _____ de _____ de 2017.

(nome e assinatura do representante legal)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

ENVELOPE 02

ANEXO VIII
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE
(papel timbrado da empresa)

DECLARAMOS, sob as penas impostas por Lei, e para efeito de participação na Licitação, na modalidade Pregão Presencial Nº 004/2017, que até a presente data inexistem fatos supervenientes que impeçam a sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências correlatas.

Fortaleza-CE, _____ de _____ de 2017

(nome e assinatura do representante legal)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

ENVELOPE 02

ANEXO IX
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO
(papel timbrado da empresa)

..... (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o Nº
....., sediada na (endereço completo),
DECLARA, sob as penas impostas por Lei, que até a presente data não existem fatos impeditivos para
sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar qualquer
ocorrência.

Fortaleza-CE, _____ de _____ de 2017.

(nome e assinatura do representante legal)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

FORA DO ENVELOPE

ANEXO X
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

(papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Declaramos, em atendimento ao previsto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

Fortaleza-CE, _____ de _____ de 2017

(nome e assinatura do representante legal)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

FORA DO ENVELOPE

ANEXO XI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

(papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I) A proposta apresentada para participar do Pregão Presencial 004/2017 foi elaborada de maneira independente pelo (Licitante) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial 004/2017, por qualquer meio ou pessoa;

II) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Presencial 004/2017 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial 004/2017, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

III) Que não tentou, por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial 004/2017 quanto a participar ou não da referida Licitação;

IV) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Presencial 004/2017 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial 004/2017 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

V) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Presencial 004/2017 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Conselho Regional de Medicina Veterinária antes da abertura oficial das propostas; e

VI) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Fortaleza-CE, _____ de _____ de 2017.

(nome e assinatura do representante legal)

